

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	5
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	11
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	12
2.5 Medições não contábeis	13
2.6 Eventos subsequentes as DFs	15
2.7 Destinação de resultados	16
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	18
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	21
2.10 Planos de negócios	22
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	25
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	26
5.2 Descrição dos controles internos	30
5.3 Programa de integridade	32
5.4 Alterações significativas	37
5.5 Outras informações relevantes	38

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

O comportamento das principais rubricas patrimoniais entre os anos de 2020 a 2022 e as explicações acerca das principais variações estão apresentados a seguir:

R\$ mil	Exercícios findos em:									
	2022				2021				2020	
	Valor	AV%	AH% - 2021	AH% - 2020	Valor	AV%	AH% - 2020	AH% - 2019	Valor	AV%
Rubricas										
Ativo Circulante	1.528.710	37,9%	4,9%	16,1%	1.457.061	35,5%	10,7%	23,6%	1.316.529	31,0%
Ativo Não Circulante	2.506.701	62,1%	-5,1%	-14,4%	2.641.993	64,5%	-9,8%	-15,3%	2.927.484	69,0%
Realizável a Longo Prazo	152.413	3,8%	-0,9%	-30,2%	153.772	3,8%	-29,5%	-45,2%	218.236	5,1%
Investimentos	75.195	1,9%	-14,7%	-16,5%	88.152	2,2%	-2,1%	9,0%	90.084	2,1%
Imobilizado	2.253.712	55,8%	-4,8%	-13,0%	2.368.459	57,8%	-8,6%	-13,5%	2.591.282	61,1%
Intangível	25.381	0,6%	-19,7%	-9,0%	31.610	0,8%	13,4%	56,7%	27.882	0,7%
Ativo Total	4.035.411	100,0%	-1,6%	-4,9%	4.099.054	100,0%	-3,4%	-4,6%	4.244.013	100,0%
Passivo Circulante	321.615	8,0%	-0,6%	6,9%	323.710	7,9%	7,6%	38,5%	300.964	7,1%
Passivo Não Circulante	2.050.398	50,8%	-12,5%	-14,2%	2.344.586	57,2%	-1,9%	-3,0%	2.389.810	56,3%
Passivo Exigível	2.372.013	58,8%	-11,1%	-11,8%	2.668.296	65,1%	-0,8%	0,6%	2.690.774	63,4%
Patrimônio Líquido	1.663.398	41,2%	16,3%	7,1%	1.430.758	34,9%	-7,9%	-13,1%	1.553.239	36,6%
Passivo Total	4.035.411	100,0%	-1,6%	-4,9%	4.099.054	100,0%	-3,4%	-4,6%	4.244.013	100,0%

Fonte: Demonstrações Contábeis Individuais da Telebras

Indicadores Financeiros	Medida	2022	2021	2020
Liquidez Corrente	Índice	7,14	8,42	6,35
Liquidez Geral	Índice	3,19	2,87	2,29
Composição do Endividamento	%	40,21%	30,96%	30,90%
Grau de Endividamento	%	13,04%	13,46%	15,60%
Participação de Capital de Terceiros	%	15,00%	15,69%	18,50%

Para fins de cálculo dos indicadores financeiros as rubricas de Despesas Antecipadas, Receitas Diferidas e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital foram reclassificadas para o Patrimônio Líquido.

Ativo Circulante – O Ativo Circulante no final do ano de 2022 apresentou aumento de 4,9% e 16,1% em relação aos anos de 2021 e 2020, respectivamente. O aumento em relação aos exercícios comparados é explicado pelos aumentos das disponibilidades financeiras, dos tributos a recuperar/compensar e do contas a receber.

Ativo Não Circulante – O grupo apresentou redução de 5,1% na comparação com o ano de 2021 e de 14,4% em relação a 2020. Esse comportamento é reflexo dos seguintes eventos: i) transferências realizadas para o Circulante de valores relativos ao Superavit de Previdência Privada e Despesas Antecipadas; ii) pela baixa de ativo imobilizado no exercício de 2022 no montante de R\$ 16.643 em consequência do inventário realizado pela Companhia; e iii) pela depreciação e Amortização do imobilizado e intangível.

Passivo Circulante: O comportamento desta rubrica na comparação entre o exercício de 2022 e os exercícios de 2021 e 2020, apresentou uma estabilidade em relação ao exercício de 2021 (-0,6%) e um aumento na comparação com 2020 (6,9%).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Passivo Não Circulante - O Passivo não Circulante apresentou redução de 12,5% e 14,2% na comparação com os exercícios de 2021 e 2020, respectivamente. Esse comportamento é justificado pelas transferências para o Circulante em função dos vencimentos que ocorrerão no decorrer dos próximos 12 meses, principalmente das rubricas de Empréstimos e Financiamentos, de Receitas Diferidas e de Credores por Perdas Judiciais, e pela transferência de recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital para o Patrimônio devido ao processo de aumento de capital no exercício de 2022.

Patrimônio Líquido – O exercício de 2022, quando comparado aos exercícios de 2021 e 2020, demonstra um aumento de 16,3% e 7,1%, respectivamente. Esse comportamento é explicado, basicamente, pelo aumento de capital realizado no exercício de 2022, no montante de R\$ 367,2 milhões, apesar do prejuízo apurado no exercício no valor de R\$ 127,7 milhões.

b) estrutura de capital

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 3.474.498 (R\$ 3.107.339 em 31 de dezembro de 2021), representado por ações ordinárias e preferenciais sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2022 está apresentada no quadro a seguir:

Ordinárias			Preferenciais			Total		
Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%
União Federal	63.711.580	93,73%	União Federal	16.396.712	89,08%	União Federal	80.108.292	92,74%
FINEP	3.231.600	4,75%	FINEP	0	-	FINEP	3.231.600	3,74%
Outros Acionistas	1.032.226	1,52%	Outros Acionistas	2.010.779	10,92%	Outros	3.043.005	3,52%
Ações em Tesouraria	193	0,00%					193	0,00%
Total	67.975.599	100,00%	Total	18.407.491	100,00%	Total	86.383.090	100,00%

A estrutura de capital da Companhia, em termos de percentual de capital próprio e de capital de terceiros apresentava a seguinte composição em 31 de dezembro de 2022, 20201 e 2020:

Capitais	2022	2021	2020
Capital Próprio	86,90%	76,12%	82,42%
Capital de Terceiros	13,10%	23,88%	17,58%

Para o cálculo da composição do capital total (tabela acima) aplicado na Companhia, foi realizada a reclassificação das rubricas de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e Receitas Diferidas (registradas no Passivo) e das Despesas Pagas Antecipadamente (registrada no Ativo) para o Patrimônio Líquido.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Indicadores Financeiros	Medida	2022	2021	2020
Liquidez Corrente	Índice	7,14	8,42	6,35
Liquidez Geral	Índice	3,19	2,87	2,29
Composição do Endividamento	%	40,21%	30,96%	30,90%
Grau de Endividamento	%	13,04%	13,46%	15,60%
Participação de Capital de Terceiros	%	15,00%	15,69%	18,50%

Para fins de cálculo dos indicadores financeiros as rubricas de Despesas Antecipadas, Receitas Diferidas e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital foram reclassificadas para o Patrimônio Líquido.

No exercício de 2022 a Telebras apresentou boa capacidade de honrar os seus compromissos financeiros assumidos conforme demonstram os seus índices de liquidez: Índice de Liquidez corrente de 7,14 e Índice de Liquidez Geral de 3,19.

Estes índices demonstram que a empresa possui recursos de curto prazo e longo prazo suficientes

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

para pagar seus compromissos de curto prazo e longo prazo.

Seu grau de endividamento e a composição do endividamento está relativamente baixo – 13,04% e 40,21% respectivamente - indicando que há pouca dependência do capital de terceiros.

Outro fato que contribui para o relativo conforto é a situação de classificação da Telebras como Empresa Estatal Dependente a partir do exercício de 2021. Nessa situação, a Companhia passou a receber recursos orçamentários para pagamento de Pessoal, Outros Custeios e Investimentos.

A Empresa também mantém operações com instrumentos financeiros com limites de exposição a riscos de crédito aprovados pela administração. Seus instrumentos financeiros são inerentes às suas operações, e não há operações em mercado de derivativos.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para o financiamento dos investimentos em ativos não circulantes e para o capital de giro no exercício de 2022, a Telebras obteve, como fonte principal de financiamento, os recursos próprios advindos das operações da Companhia, bem como de recursos orçamentários recebidos sob a forma de subvenções orçamentárias, devido situação de dependência consignada no orçamento fiscal e da seguridade social.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para o financiamento do seu capital de giro, a Telebras contará, parcialmente, com o incremento de suas receitas operacionais e, também, com recursos aplicados em fundos de curto prazo no mercado financeiro no exercício de 2022. Em 2020, a Companhia passou a ser classificada como uma Empresa Estatal Dependente. Dessa forma, os recursos para o pagamento de pessoal e custeio serão financiados em parte pelos recursos orçamentários constantes do Orçamento fiscal e da Seguridade Social e isso fará com que a Companhia consiga administrar o seu capital de giro.

No que tange os investimentos em ativos não circulantes, em caso de necessidade de cobertura para deficiências de liquidez, ela deverá recorrer a aporte de seus acionistas e também de recursos próprios de geração de receitas.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras
- iii. grau de subordinação entre as dívidas
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia tem contrato de financiamento junto a FINEP – Inovação e Pesquisa–, cujo valor original foi de R\$ 240 milhões. Este financiamento foi aplicado no Projeto SGDC – Sistema Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica, dos quais R\$ 103,4 milhões ingressaram na conta da Companhia em 2014 e R\$ 136,0 milhões em 2015. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial pró rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do spread 3% (três por cento) ao ano. As condições originais do contrato previam um período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15/12/2017 e a última em 15/12/2024.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Posteriormente, em dezembro de 2017 a Companhia estabeleceu negociação junto a FINEP com o objetivo de postergar a amortização do principal, bem como o pagamento de juros mensais do financiamento. A Telebras e a FINEP firmaram três aditivos contratuais.

Atualmente está em vigor o terceiro aditivo, firmado em 7 de dezembro de 2018, que traz alterações nas cláusulas financeiras, prazos de pagamentos, vencimentos e estabelece novas garantias ao contrato. As modificações trazidas por este aditivo foram as seguintes:

i) O pagamento das parcelas de amortização do débito decorrente do contrato de financiamento ficará suspenso no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de maio de 2020; ii) O pagamento dos juros compensatórios previstos no contrato de financiamento ficará suspenso no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de novembro de 2019; iii) Os juros apurados no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de novembro de 2019 serão capitalizados mensalmente ao saldo devedor, de acordo com a metodologia de cálculo de juros compostos; iv) Prorrogação do vencimento do contrato em 12 meses, passando de 15 de dezembro de 2024 para 15 de dezembro de 2025; e v) A Telebras pagará à FINEP o valor de R\$ 21.4 milhões a título de compensação financeira pelo período de sobrestamento, cujo valor será corrigido pelo mesmo indexador previsto no contrato e pago em parcelas mensais e sucessivas, juntamente com as parcelas de amortização e juros, de 15 de junho de 2020 a 15 de dezembro de 2025.

Não há nenhum outro recurso recebido por empréstimo de qualquer instituição financeira.

A partir de junho de 2020, a Companhia passou a realizar a amortização do principal da dívida junto FINEP. No que concerne a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, o estatuto da Telebras, após a observância de normas de governança/compliance não obsta a alavancagem (endividamento da empresa). Todavia, o orçamento (mais especificamente o Plano de Dispendios Globais) aprovado pelo seu acionista controlador poderá estabelecer limites para uma eventual captação de recursos no mercado financeiro ou de capitais, tendo que seguir aos normativos estabelecidos no orçamento de empresas estatais.

Não há óbice à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, no estatuto social da Companhia. Porém, para essas operações deverá haver prévia anuência e aval dos órgãos de controle e do Tesouro Nacional.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

O uso dos recursos provenientes do financiamento foi aplicado exclusivamente no projeto SGDC, objeto do respectivo contrato (programa estratégico de inovação - PEI).

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Não houve

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

- a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais
- b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação
- c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado obtido pela Companhia no exercício de 2022 comparado com os exercícios de 2021 e 2020 está apresentado a seguir com explicações sobre as principais variações ocorridas entre os períodos apresentados.

R\$ mil	2022	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	403.502	344.222	328.961
Serviços de Comunicação Multimídia	322.614	283.497	274.871
Locação de Capacidade Satelital	36.481	36.481	36.480
Aluguéis e Locações	22.056	16.246	16.640
Compartilhamento de Receita	15.463	7.099	970
Outras Receitas	6.888	899	-
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(55.662)	(58.569)	(62.138)
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(55.280)	(58.161)	(61.934)
Descontos Incondicionais/Outros	(382)	(408)	(204)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	347.840	285.653	266.823
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(143.475)	(98.245)	(123.747)
Meios de Conexão e Transmissão	(127.646)	(116.669)	(112.780)
Serviços de Terceiros	(109.246)	(84.088)	(93.021)
Pessoal	(97.129)	(85.729)	(95.880)
Aluguéis, Locações e Seguros	(48.463)	(48.186)	(28.633)
Equivalência Patrimonial	(6.500)	(6.273)	(3.621)
Tributos	(4.791)	(5.804)	(3.753)
Compartilhamento de Instalações	(4.345)	(3.538)	(3.753)
Material	(2.019)	(3.903)	(151)
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(1.361)	(644)	(708)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	1.042	515	1.053
Outras Despesas Operacionais	(29.062)	(20.792)	(9.120)
Outras Receitas Operacionais	286.045	276.866	226.620
EBITDA	204.365	187.408	143.076
Margem EBITDA	58,8%	65,6%	53,6%
Depreciação e Amortização	(242.086)	(254.336)	(214.811)
EBIT	(37.721)	(66.928)	(71.735)
Resultado Financeiro	(89.991)	(59.891)	(34.491)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(127.712)	(126.819)	(106.226)
Prejuízo por Ação (R\$)	(1,4784)	(1,8687)	(1,5653)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	403.502	344.222	328.961	17,22%	22,66%
Serviços de Comunicação Multimídia	322.614	283.497	274.871	13,8%	17,4%
Locação de Capacidade Satelital	36.481	36.481	36.480	0,0%	0,0%
Aluguéis e Locações	22.056	16.246	16.640	35,8%	32,5%
Compartilhamento de Receita	15.463	7.099	970	117,8%	1494,1%
Outras Receitas	6.888	899	-	666,2%	100,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	-55.662	-58.569	-62.138	-5,0%	-10,4%
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	-55.280	-58.161	-61.934	-5,0%	-10,7%
Descontos Incondicionais/Outros	(382)	-408	-204	-6,4%	87,3%

2.2 Resultados operacional e financeiro

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	347.840	285.653	266.823	21,8%	30,4%
-----------------------------	---------	---------	---------	-------	-------

Em 2022, a receita líquida atingiu 347,8 milhões (R\$ 285,7 milhões em 2021 e R\$ 266,8 em 2020), crescimento de 21,8% e 30,4% em relação aos anos de 2021 e 2020, respectivamente. O aumento é explicado: i) pela expansão da banda ativada e faturada em 2022; e ii) pelo reconhecimento do montante de R\$ 19,7 milhões relativo ao reajuste com efeito retroativo do contrato entre a Telebras e a DATAPREV.

O comportamento da receita bruta por serviço no exercício de 2022 em relação aos exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM): No exercício de 2022, esta receita apresentou crescimento de 13,8% e 17,4% em relação aos exercícios de 2021 e 2020, respectivamente. Esse comportamento é justificado pelos seguintes eventos: i) aumento dos circuitos/pontos vinculados à geração de receita; ii) crescimento da banda larga faturada no período; e iii) reconhecimento do montante de R\$ 19,7 milhões relativo ao reajuste com efeito retroativo do contrato entre a Telebras e a DATAPREV.

Locação de Capacidade Satelital: este serviço permaneceu estável entre os exercícios apresentados.

Aluguéis e Locações – Outras: compreende o aluguel de cabos ópticos, locação de roteadores e aluguel de infraestrutura do segmento satelital (contrato de parceria com a Viasat). Em 2022, a receita reconhecida nessa rubrica totalizou R\$ 22,1 milhões (R\$ 16,2 milhões em 2021 e R\$ 16,6 milhões em 2020), aumento de 35,8% e 32,5%, respectivamente.

Compartilhamento de Receita: No exercício de 2022, a Telebras reconheceu o montante de R\$ 15,5 milhões (R\$ 7,1 milhão em 2021 e R\$ 1,0 milhão em 2020). O crescimento é explicado pelo maior volume de recursos recebidos da Viasat no período, devido ao crescimento do faturamento da empresa parceira.

Outras Receitas: Representa o valor reconhecido relativo aos serviços prestados de instalação e manutenção do programa Wi-Fi Brasil. O montante reconhecido no ano de 2022 foi de R\$ 6,9 milhões (R\$ 0,9 milhão em 2021).

CUSTOS E DESPESAS VINCULADAS ÀS FUNÇÕES: CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (EXCETO DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO)

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Meios de Conexão e Transmissão	(127.646)	(116.669)	(112.780)	9,4%	13,2%
Serviços de Terceiros	(109.246)	(84.088)	(93.021)	29,9%	17,4%
Pessoal	(97.129)	(85.729)	(95.880)	13,3%	1,3%
Aluguéis, Locações e Seguros	(48.463)	(48.186)	(28.633)	0,6%	69,3%
Tributos	(4.791)	(5.804)	(3.753)	-17,5%	27,7%
Compartilhamento de Instalações	(4.345)	(3.538)	(3.621)	22,8%	20,0%
Materiais	(2.019)	(3.903)	(151)	-48,3%	1237,1%
PISP	(1.361)	(644)	(708)	111,3%	92,2%
PECLD	1.042	515	1.053	102,3%	-1,0%
Total	(393.958)	(348.046)	(337.494)	13,2%	16,7%

Os Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) totalizaram no exercício de 2022 o montante R\$ 394,0 milhões (R\$ 348,0 em 2021 e R\$ 337,5 milhões em 2020), crescimento de 13,2% e 16,7% em relação aos exercícios comparados, respectivamente.

As principais ocorrências entre os períodos referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

MEIOS DE CONEXÃO E TRANSMISSÃO: apresentou aumento de 9,4% em relação ao ano de 2021 e 13,2% na comparação com o ano de 2020. Esse crescimento é justificado pelo reconhecimento do reajuste retroativo relativo ao contrato de Cessão de Fibras Ópticas, firmando entre a Telebras e a Petrobras no exercício de 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Os principais componentes dessa rubrica são os custos com Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), que tiveram redução de 4,9% e 2,7% na comparação com os anos de 2021 e 2020, respectivamente, atingindo R\$ 55,3 milhões em 2022 (R\$ 58,1 milhões em 2021 e R\$ 56,8 milhões em 2020), e custos com Backbone, que apresentaram crescimento de 22,4% na comparação com ano 2021 e 28,2% em relação ao ano 2020, totalizando R\$ 71,2 milhões (R\$ 58,1 milhões em 2021 e R\$ 55,5 milhões me 2020).

PESSOAL: Em 2022, os custos e despesas com Pessoal tiveram aumento de 13,3% em relação ao mesmo período do ano anterior e de 1,3% na comparação com o ano de 2020. O acréscimo é reflexo: i) da concessão do aumento de 10,56% em função do dissídio coletivo julgado a favor dos colabores da Telebras. O reajuste foi retroativo ao mês de novembro de 2021 e foi pago em agosto de 2022; e ii) pela contratação de novos colaboradores para reposição da força de trabalho, que foram aprovados em concurso público.

SERVIÇOS DE TERCEIROS: No exercício de 2022, os custos e despesas com Serviços de Terceiros apresentaram crescimento de 29,9% na comparação com o exercício de 2021 e de 17,4% em relação ao exercício de 2020. Esse comportamento é justificado basicamente pelo aumento dos custos com manutenção da planta (34,4% em relação a 2021 e 22,4% na comparação com 2020). Outro evento que impactou esse aumento foi o estorno da provisão de custos com manutenção dos equipamentos da Viasat realizado no primeiro semestre de 2021, que foram revisados e considerados como custos de locação de equipamentos. O montante desta reclassificação de manutenção para locação foi de R\$ 7,2 milhões.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Depreciação e Amortização	(242.086)	(254.336)	(214.811)	-4,8%	12,7%

O comportamento da depreciação e amortização no exercício de 2022 em relação aos exercícios de 2021 e 2020, apresentou uma redução na comparação com o ano de 2021 de 4,8% devido à realização de baixas do Ativo Imobilizado no montante de R\$ 16,5 milhões como resultado da realização do processo de inventário da Companhia concluído no ano de 2022. Como relação ao exercício de 2020 ocorreu um aumento de 12,7% em função do volume elevado de transferências por conclusões de obras e projetos e a consequente entrada em operação dos ativos objetos dessas obras de projetos. O valor transferido principalmente no ano de 2021 foi de R\$ 714,5 milhões.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.500)	(6.273)	(3.621)	3,6%	79,5%

Os Resultados negativos de Equivalência Patrimonial apurados nos anos de 2022, 2021 e 2020 refletem a participação da Telebras (49%) nos resultados negativos gerados nesses anos pela coligada Visiona. Em 2022, a coligada apresentou um prejuízo líquido de de R\$ 13,1 milhões (R\$ 12,8 milhões em 2021 e R\$ 7,4 milhões em 2020).

OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Outras Receitas Operacionais					
Subvenções Recebidas (i)	272.115	250.357	216.657	8,7%	25,6%
Recuperação de Tributos (ii)	3.041	9.087	3.395	-66,5%	-10,4%
Ganhos sobre o Passivo (iii)	474	15.501	3	-96,9%	15700,0%
Outras Receitas Operacionais	10.415	1.921	6.565	442,2%	58,6%
Total	286.045	276.866	226.620	3,3%	26,2%
Outras Despesas Operacionais					
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(5.189)	(1.801)	(2.844)	188,1%	82,5%

2.2 Resultados operacional e financeiro

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Tributos (iv)	(5.397)	(15.533)	(2.373)	-65,3%	127,4%
Baixa de Ativo Imobilizado (v)	(16.643)	-	-	100,0%	100,0%
Outras Despesas Operacionais	(1.833)	(3.058)	(3.903)	-40,1%	-53,0%
Total	(29.062)	(20.392)	(9.120)	42,5%	218,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida	256.983	256.074	217.500	0,4%	18,2%

No ano de 2022, o resultado da rubrica de Outras Receitas Operacionais deduzidas de Outras Despesas Operacionais foi positivo no montante de R\$ 257,0 milhões (R\$ 256,1 milhões 2021 e R\$ 217,5 milhões em 2020). As principais variações ocorridas entre os períodos comparados foram as seguintes:

i) **Subvenções Recebidas:** A partir de 1 de janeiro de 2020, a Telebras passou a ser classificada como uma Empresa Estatal Dependente, e, dessa forma, passou a receber recursos orçamentários para o pagamento dos gastos com pessoal, outros custeios e investimentos. Esses recursos estão sendo reconhecidos pela Companhia com base no CPC 07 – Subvenções e Assistência Governamentais. No ano de 2022, a Telebras reconheceu o montante de R\$ 272,1 milhões (R\$ 250,4 milhões em 2021 e R\$ 216,7 milhões em 2020), sendo composto da seguinte forma:

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Pessoal	107.288	107.104	116.986	0,2%	-8,3%
Outros Custeios	134.385	98.200	74.014	36,8%	81,6%
Investimentos	30.442	45.053	25.657	-32,4%	18,6%
Total	272.115	250.357	216.657	8,7%	25,6%

(ii) **Recuperação de Tributos:** A diminuição na comparação entre os anos 2022 e 2021 é justificada pelo reconhecimento, no exercício de 2021, dos valores relativos aos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições. O valor reconhecido em 2021 foi de R\$ 6,1 milhões. Em relação ao exercício de 2020, houve uma redução de 10,4%.

(iii) **Ganho na Baixa de Passivos:** A redução na comparação entre os exercícios de 2022 e 2021 é explicada pelo reconhecimento no exercício de 2021 dos seguintes eventos: i) baixa relativa à prescrição dos valores objeto do processo de grupamento de ações realizado no exercício de 2011, devido à prescrição do direito de os acionistas não controladores exercerem o direito de reclamar tais valores. O valor baixado foi de R\$ 13,1 milhões; ii) baixa de valores relativos a fornecedores em função da conciliação de valores, esta baixa foi de R\$ 0,8 milhão; e iii) baixa de R\$ 1,3 milhão relativa a valores de passivo de tributos realizada durante o processo de conciliação de contas.

(iv) **Tributos:** A diminuição é explicada pelo registro da baixa de créditos tributários relativos ao ICMS CIAP e ICMS sobre transferências de ativos, devido à impossibilidade de recuperação/compensação perante os fiscos Estaduais no exercício de 2021. O montante baixado foi de R\$ 13,5 milhões. Em relação ao ano de 2020, ocorreu um aumento de 127,4%.

(v) **Baixa de Ativo Imobilizado:** Refere-se ao montante do Valor Contábil relativo à baixa de bens do ativo imobilizado, como resultado dos trabalhos de inventário dos bens da Telebras.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Receitas Financeiras					
Juros sobre Aplicação Financeira (ii)	108.348	24.877	33.284	335,5%	225,5%
Juros sobre Tributos	8.743	6.460	4.078	35,3%	114,4%
Juros sobre Superavit Previdência Privada (i)	4.132	17.374	22.298	-76,2%	-81,5%
Juros sobre Depósitos Judiciais	3.467	2.616	2.583	32,5%	34,2%

2.2 Resultados operacional e financeiro

Outras Receitas	349	720	594	-51,5%	-41,2%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(5.667)	(2.580)	(2.208)	119,7%	156,7%
Total	119.372	49.467	60.629	141,3%	96,9%
Despesas Financeiras					
Juros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (iii)	(175.610)	(66.953)	(40.620)	162,3%	332,3%
Compensação Financeira - Financiamento FINEP	-	-	(21.397)	-100,0%	-100,0%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(18.483)	(25.904)	(19.383)	-28,6%	-4,6%
Juros/VM s/ Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(7.544)	(8.847)	(5.857)	-14,7%	28,8%
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(6.707)	(6.538)	(7.081)	2,6%	-5,3%
Outras Despesas	(1.019)	(1.116)	(782)	-8,7%	30,3%
Total	(209.363)	(109.358)	(95.120)	91,4%	120,1%
Resultado Financeiro	(89.991)	(59.891)	(34.491)	50,3%	160,9%

No exercício de 2022, o resultado financeiro foi negativo no valor de R\$ 90,0 milhões (R\$ 59,9 milhões em 2021 e R\$ 34,5 milhões em 2020), crescimento de 50,3% na comparação com o ano de 2021 e de 160,9% em relação ao ano de 2020. As principais rubricas do resultado financeiro apresentaram os seguintes comportamentos:

- (i) **Juros sobre Superávit – Previdência Privada:** a rubrica apresentou redução de 76,2% e 81,5% na comparação entre o ano de 2022 e os anos 2021 e 2020, respectivamente. A diminuição é explicada pelo recebimento das parcelas mensais pagas pela administradora dos planos (SISTEL).
- (ii) **Juros sobre Aplicações Financeiras:** o comportamento é reflexo da rentabilidade dos fundos nos exercícios apresentados.
- (iii) **Juros sobre Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital:** reflete basicamente a variação da taxa SELIC sobre os aportes recebidos do controlador (a União). Outro fato que impactou a variação desse rubrica, foram os aumentos de capitais ocorridos nos exercícios de 2022 e 2020.

PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO AJUSTADO

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Prejuízo Líquido do Exercício	(127.712)	(126.819)	(106.226)	0,7%	20,2%
Ajuste de Eventos Não Recorrentes:					
(-) Exclusão do ICMS na BC do PIS e COFINS	-	(6.933)	-	-100,0%	n.d
(-) Ganho na Baixa de Passivo	(474)	(15.501)	-	-96,9%	100,0%
(+) Baixa de Ativo Imobilizado	16.643	-	-	100,0%	100,0%
(+) Baixa de Ativos - Tributos (ICMS)	-	13.488	2.258	-100,0%	-100,0%
(+) Perda na Baixa de Ativos	-	-	2.128	n.d	-100,0%
Prejuízo do Exercício Ajustado	(111.543)	(135.765)	(101.840)	-17,8%	9,5%
Margem Líquida	-32,1%	-47,5%	-38,2%	-32,4%	-16,0%
Prejuízo por Ação (R\$)	(1,2913)	(2,0050)	(1,5006)	-35,6%	-13,9%

Em 2022, o Prejuízo Líquido do Exercício Ajustado pelos eventos não recorrentes foi de R\$ 111,5 milhões (R\$ 135,8 milhões em 2021 e R\$ 101,8 milhões em 2020). A redução do Prejuízo em relação ao exercício de 2021 é explicado: i) pelo crescimento de 21,8% e 30,4% da Receita Operacional Líquida em relação ao anos de 2021 e 2020, respectivamente; ii) pelo recebimento de Subvenções Orçamentárias devido à classificação da Telebras com Empresa Estatal Dependente a partir do exercício de 2020; e iii) pela aumento dos Custos e Despesas Operacionais em percentuais menores que o crescimento da receita.

EBITDA/LAJIDA

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Prejuízo Líquido do Exercício	(127.712)	(126.819)	(106.226)	0,7%	20,2%
(+/-) Resultado Financeiro	89.991	59.891	34.491	50,3%	160,9%
(+) Depreciação e Amortização	242.086	254.336	214.811	-4,8%	12,7%
EBITDA	204.365	187.408	143.076	9,0%	42,8%
Ajustes:					

2.2 Resultados operacional e financeiro

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
(-) Ganho na Baixa de Passivos	(474)	(15.501)	(3)	-96,9%	15700,0%
(+) Baixa de Ativo Imobilizado	16.643	-	-	100,0%	100,0%
(-) Exclusão do ICMS na BC do PIS e COFINS	-	(6.933)	-	-100,0%	n.d
(-) Depreciação - CPC 6(R2) / IFRS 16	(5.006)	(4.443)	(5.263)	12,7%	-4,9%
(-) Despesas Financeiras - CPC 6(R2) / IFRS 16	(939)	(755)	(497)	24,4%	88,9%
(+) Baixa de Créditos Tributários	-	13.488	2.258	-100,0%	-100,0%
(+) Perdas na Baixa de Ativos	-	-	2.128	n.d	-100,0%
(+) Equivalência Patrimonial	6.500	6.273	3.621	3,6%	79,5%
EBITDA Ajustado	221.089	179.537	145.320	23,1%	52,1%
Margem EBITDA	58,8%	65,6%	53,6%	-10,4%	9,7%
Margem EBITDA Ajustado	63,6%	62,9%	54,5%	1,1%	16,7%

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro / (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, e estes ajustes incluem a adição/exclusão do Resultado de Equivalência Patrimonial, da Depreciação e das Despesas Financeiras originadas das alterações do CPC 6(R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Eventos não Recorrentes que possam vir a ocorrer no curso dos negócios da Companhia, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado) não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No exercício de 2022, o EBITDA Ajustado da Telebras foi positivo no valor de R\$ 221,1 milhões (R\$ 179,5 milhões em 2021 e R\$ 145,3 milhões em 2020). O crescimento foi de 23,1% e 52,1%, respectivamente, entre os anos comparados. A justificativa para esse aumento foram os seguintes eventos: incremento da Receita Operacional Líquida (21,8% e 30,4% em relação aos anos de 2021 e 2020, respectivamente); ii) recebimento/reconhecimento de Subvenções do Orçamento Federal para pagamento dos gastos com pessoal, outros custeios e investimentos (8,7% em relação ao ano de 2021 e 25,6% na comparação com o ano de 2020); e iii) aumento dos Custos e Despesas Operacionais em 13,2% e 16,7%, em relação aos anos de 2021 e 2020, com percentuais inferiores ao crescimento da receita nos mesmos períodos.

A Margem EBITDA Ajustada em 2022 foi de 63,6% em 2022 (62,9% em 2021 e 54,5% em 2020), aumento de 1,1% e 16,7%, respectivamente.

Desconsiderando o efeito das Subvenções Orçamentárias Recebidas no ano de 2022 (272,1 milhões) do cálculo do EBITDA Ajustado, teríamos um EBITDA negativo de R\$ 51,0 milhões (R\$ 70,8 milhões em 2021 e R\$ 71,3 milhões em 2020), e uma Margem EBITDA Ajustada de -14,7 em 2022 (-24,8% em 2021 e -26,7% em 2020).

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Não ocorreram mudança nas práticas contábeis durante o exercício de 2022. As ênfases apresentadas no relatório do auditor independente no exercício de 2022 foram as seguintes:

Investimentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, a Companhia participa do capital social da coligada Visiona Tecnologia Espacial S/A com 49%. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 desta coligada foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Companhia mantém registrado na rubrica “Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP”, no Passivo Circulante e Não Circulante em 31 de dezembro de 2022, o valor de R\$ 1.747 mil e de R\$ 23.909 mil, respectivamente, apurado a partir da definição do universo dos colaboradores que fazem jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, a Companhia mantém registrado na rubrica “Recursos Capitalizáveis”, saldo de R\$ 1.389.201 mil em 31 de dezembro de 2022. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, concedido pela União, o qual é corrigido pela taxa Selic e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União.

Inclusão nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União

Conforme nota explicativa nº 1.2 a Companhia foi declarada dependente do orçamento fiscal e da Seguridade Social, conforme sanção da Lei nº 13.978 de 17 de janeiro de 2020 (Lei Orçamentaria Anual - LOA).

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não previsão de introdução ou alienação de segmento operacional por parte da Companhia.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não previsão de constituição, aquisição ou alienação de participação societária por parte da Companhia.

c) Eventos ou operações não usuais

Não há

2.5 Medições não contábeis

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
EBITDA	204.365	187.408	143.076	9,0%	42,8%
EBITDA Ajustado	221.089	179.537	145.320	23,1%	52,1%
Margem EBITDA	58,80%	65,6%	53,6%	-10,4%	9,7%
Margem EBITDA Ajustado	63,60%	62,9%	54,5%	1,1%	16,7%

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Prejuízo Líquido do Exercício	(127.712)	(126.819)	(106.226)	0,7%	20,2%
(+) Resultado Financeiro	89.991	59.891	34.491	50,3%	160,9%
(+) Depreciação e Amortização	242.086	254.336	214.811	-4,8%	12,7%
EBITDA	204.365	187.408	143.076	9,0%	42,8%
Ajustes:					
(-) Ganho na Baixa de Passivos	(474)	(15.501)	(3)	-96,9%	15700,0%
(+) Baixa de Ativo Imobilizado	16.643	-	-	100,0%	100,0%
(-) Exclusão do ICMS na BC do PIS e COFINS	-	(6.933)	-	-100,0%	n.d
(-) Depreciação - CPC 6(R2) / IFRS 16	(5.006)	(4.443)	(5.263)	12,7%	-4,9%
(-) Despesas Financeiras - CPC 6(R2) / IFRS 16	(939)	(755)	(497)	24,4%	88,9%
(+) Baixa de Créditos Tributários	-	13.488	2.258	-100,0%	-100,0%
(+) Perdas na Baixa de Ativos	-	-	2.128	n.d	-100,0%
(+) Equivalência Patrimonial	6.500	6.273	3.621	3,6%	79,5%
EBITDA Ajustado	221.089	179.537	145.320	23,1%	52,1%
Margem EBITDA	58,8%	65,6%	53,6%	-10,4%	9,7%
Margem EBITDA Ajustado	63,6%	62,9%	54,5%	1,1%	16,7%

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro / (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, e estes ajustes incluem a adição/exclusão do Resultado de Equivalência Patrimonial, da Depreciação e das Despesas Financeiras originadas das alterações do CPC 6(R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Eventos não Recorrentes que possam vir a ocorrer no curso dos negócios da Companhia, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado) não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No exercício de 2022, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 221,1 milhões (R\$ 179,5 milhões em 2021), crescimento de 23,1%. O crescimento em relação ao exercício de 2022 é explicado: i) pelo incremento da Receitas Operacional Líquida (21,8%); ii) pelo recebimento de Subvenções Orçamentárias no

2.5 Medições não contábeis

período (8,7%); e iii) pelo menor crescimento dos Custos e Despesas Operacionais (13,2%) em relação à Receita Operacional Líquida.

A Margem EBITDA Ajustada em 2022 foi de 63,6% (62,9% em 2021), crescimento de 1,1%.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Não há.

2.7 Destinação de resultados

Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) regras sobre retenção de lucros

As regras para a retenção de lucros são estabelecidas de acordo com o que prescreve a Lei 6.404/76.

b) regras sobre distribuição de dividendos

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976, e os preferenciais ou prioritários em conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo, a seguir, pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferencias. Se houver saldo, o mesmo será rateado por todas as ações em igualdade de condições.

Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Por deliberação dos órgãos da Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 88 §1º do estatuto social.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

A Telebras pratica a política de distribuição anual de dividendos, conforme previsto em seu estatuto social. Contudo, o estatuto contempla também a possibilidade de antecipação de pagamento de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, em proposta a ser enviada ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral.

Quando da antecipação, o estatuto estabelece que os valores sejam corrigidos com base na variação da Taxa SELIC até a época de distribuição anual de dividendos, ocasião em que serão descontados dos valores a pagar aos acionistas.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e a existência de prejuízos acumulados, a Telebras não realizou distribuição de dividendos nos 3 (três) últimos exercícios.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

2.7 Destinação de resultados

Não houve restrições à distribuição de dividendos nos 3 últimos anos, impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável o emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Telebras adota Política de Distribuição de Dividendos com a finalidade de estabelecer as diretrizes para a destinação dos lucros da Companhia. A referida Política foi aprovada pela Diretoria Executiva, em sua 1380ª REDIR, de 20.02.2018, e pelo Conselho de Administração na data de 22.02.2018.

A Política de Distribuição de Dividendos da Telebras está disponível para consulta no site <https://www.telebras.com.br/transparencia/politica-de-dividendos/>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iii. contratos de construção não terminada

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Telebras realizou baixa de sua carteira de clientes, conforme normas internas e legislação vigente. Esses valores apesar de baixados do balanço patrimonial encontra-se controlados pela Companhia e em processo de cobrança administrativa e judicial. Em caso de sucesso na cobrança os valores recebidos são reconhecidos como receita. O valor total baixado é de R\$ 6,5 milhões em 31 de dezembro de 2022.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes, cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2022, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados a seguir:

Natureza:	31/12/2022	31/12/2021
Cível	95.555	87.493
Tributária	24.003	23.010
Trabalhista	562	1.445
Total	120.120	111.948

Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes), de acordo com a natureza das ações, são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações:	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis		
VPA’S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	10.630	10.142
Ilegalidade na Venda de Ações	4.735	4.687
Processo de Cisão Sistema Telebras (i)	34.812	30.186
Outros Processos (ii)	45.378	42.478
Total	95.555	87.493
Trabalhistas		
Responsabilidade Subsidiária	140	224
Progressão Salarial	0	62
Anistia	0	0
Outros Processos	422	1.159
Total	562	1.445

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Natureza/Objeto das Ações:	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias		
Isenção de Imposto de Importação e IPI (iii)	22.432	21.856
Cobrança de Tributos Receita Federal (RFB)	49	49
Diversas Origens	1.522	1.105
Total	24.003	23.010
Total Geral	120.120	111.948

Situação dos principais processos:

(i) Processo de cisão Sistema Telebras

A origem desse litígio ocorreu quando do processo de cisão do Sistema Telebras. Naquele processo, os valores relativos aos depósitos judiciais registrados como ativos da Telebras foram destinados à Telesp (atual Telefônica) na cisão dos ativos e passivos mediante certas condições. Durante os anos de 1998 a 2008 esses depósitos foram revertidos (creditados) em favor da Telebras, devido ao fato de esta ter permanecido com a titularidade das contas. Essa controvérsia é objeto de debate em três processos distintos.

A Companhia, através da opinião dos seus advogados, reconhece que o risco de perda para esses processos é possível, assim, tal valor não está reconhecido na contabilidade da Telebras. O motivo para a classificação como possível deve-se ao fato de que a Telebras obteve decisão favorável em duas instâncias, incluindo sentenças de primeiro grau proferidas por juízos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em 2019.

Ainda, no ano de 2019, a sentença proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios foi anulada, mas em função de vício de índole processual apenas. A matéria estava sob apreciação do Superior Tribunal de Justiça, em sede de agravo interno, que teve provimento negado pelo Superior Tribunal de Justiça. O processo irá retornar para o juízo de origem para produção de prova pericial e proferimento de nova sentença.

Quanto aos processos originários do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, os andamentos são diversos.

Para um deles, o Superior Tribunal de Justiça determinou o retorno dos autos ao primeiro grau de jurisdição, a fim de que reaprecie o termo inicial da prescrição, mantendo a incidência do prazo trienal. Haverá novo julgamento apenas para apreciação do termo inicial da contagem.

Para o outro litígio, a Telebras interpôs recurso especial pendente de admissibilidade contra o acórdão que reformou a sentença e determinou a aplicação do prazo prescricional decenal.

(ii) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI

Refere-se à anulação da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais determinada na Assembleia Geral Ordinária da Telebras, de 27 de abril de 1995, para distribuição de acordo com o Parecer CVM Orientação nº 16/88. O valor devido a título de dividendos foi objeto de acordo homologado judicialmente, em que a Telebras impugnou o remanescente. Ratifica-se a classificação da expectativa de êxito do valor controverso como possível, dadas as inconsistências existentes no cálculo apresentado pela Previ. Atualmente, a Telebras busca o reconhecimento pela perícia judicial

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

da metodologia de cálculo por ela utilizada. A perícia não foi concluída; logo, ainda não há decisão judicial a respeito do valor controverso.

(iii) Isenção de Imposto de Importação e IPI

Trata-se de autuação fiscal impondo obrigação tributária solidária à Telebras e ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (Fundação CPqD) de pagar tributos (imposto de importação e IPI respectivo) incidentes sobre esses bens importados à época em que a Fundação CPqD era órgão interno da Telebras.

Situação atual: Há recurso pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) que impede a exigibilidade dos tributos. A autuação fiscal considerou que a Telebras transferiu, em desacordo com a legislação tributária, à Fundação CPqD bens que foram importados com isenção de II e IPI, quando a Fundação deixou de ser órgão interno da *holding* Telebras e foi constituída como pessoa jurídica com personalidade jurídica própria. Para a autoridade fazendária, a transferência desses bens em desacordo com a legislação tributária impõe a exigência de tributos que, no momento da importação, eram acobertados por isenção.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Provisão para riscos possíveis (passivo contingente)

O efeito das provisões para riscos possíveis apresentados no item 10.6, poderá vir a afetar as demonstrações contábeis da Telebras caso ocorra a alteração de probabilidade de risco de a Companhia vir a ter uma decisão desfavorável no litígio com terceiros.

Neste caso, a Companhia deverá reconhecer uma provisão (passivo) no seu balanço patrimonial em contrapartida de uma despesa no resultado do exercício.

b) natureza e o propósito da operação

Provisão para riscos possíveis (passivo contingente)

A natureza da operação se refere litígios judiciais de ordem trabalhistas, cíveis e fiscais referente a questionamento de terceiros nos tribunais. No caso em comento, a Companhia divulga, mas não reconhece esse passivo em função do atendimento ao normativo contábil CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativo Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

O propósito da operação é dar ciência aos usuários das informações de que existe a possibilidade de vir a ocorrer uma mudança na opinião dos consultores jurídicos da Telebras sobre esses litígios (passando de uma probabilidade de perda avaliada como de risco possível para provável), e essa alteração faça com que um determinado valor não reconhecido nas peças contábeis da Companhia, possam vir a afetar sua posição financeira e econômica.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A natureza da operação se refere litígios judiciais de ordem trabalhistas, cíveis e fiscais. O montante é de R\$120,1 milhões no exercício de 2022 (R\$ 111,9 milhões no exercício de 2021 e R\$ 110,5 milhões em 2020).

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a) **investimentos, incluindo:**
 - i. **descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
 - ii. **fontes de financiamento dos investimentos**
 - iii. **desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**
- b) **desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Dentre os desafios constantes do Plano de Negócios da Companhia, destaca-se o de buscar a sustentabilidade econômico-financeira que a permita retornar à condição de estatal não-dependente sem perder o foco de sua função estatal de atendimento as políticas públicas de telecomunicações.

O Plano de Negócios contempla a realização de negócios nos quais a Telebras já está inserida. Neste cenário também se incorpora a gestão dos programas PAC (Amazônica Conectada) e PAIS (Amazônia Integrada e Sustentável) nos negócios, uma vez que foi formalizado com o Exército Brasileiro o Termo de Cooperação Técnica com a finalidade de estabelecer integração de infraestruturas ópticas para otimizar a operação e a sustentabilidade econômica do Projeto Amazônia Conectada (PAC), que está sendo complementado pelo Programa Amazônia Integrada Sustentável (PAIS).

Além disso, o Decreto nº 11.299/2022 destinou à Telebras a gestão exclusiva da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal, consolidando ainda mais o seu papel estratégico aos imperativos da segurança nacional e relevante interesse coletivo. O Decreto abriu a possibilidade de desenvolvimento dos negócios da Telebras na medida em que as infraestruturas da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal forem sendo transferidas para exploração. Os resultados projetados poderão ser, portanto, influenciados com relevância pelos projetos de desenvolvimento das referidas redes executados pela Entidade de Administração da Faixa, denominada Siga Antenado, constituída de acordo com a Portaria nº 1.924/2021 do Ministério das Comunicações - MCom, e incorporada no edital do 5G constituída por ocasião dos leilões das redes 5G.

A Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal, conforme o art. 2º, Inciso VIII e § 10 da Portaria nº 1.924/2021 do MCom e o edital do 5G, é composta por:

Rede Móvel – consiste na construção de uma rede de comunicações críticas, com padrão tecnológico igual ou superior ao 4G LTE Release 10 do 3GPP (organização que visa a colaboração entre os vários órgãos de padronização de telecomunicações), utilizando a faixa de radiofrequências que será consignada pela Anatel, para atendimento a atividades de Segurança Pública, Defesa, serviços de socorro e emergência, resposta a desastres e outras atribuições críticas de Estado, incluindo as realizadas pelos entes federados, bem como deverá ter a capacidade de suportar 150 mil terminais de usuários para os órgãos públicos federais.

Dentre os requisitos estabelecidos, essa rede deve ter cobertura na área urbana do Distrito Federal, nas principais rodovias e aeroporto e permitir a integração com os sistemas legados de Segurança Pública, Forças Armadas e de infraestrutura, quando houver viabilidade técnica e econômica, conforme critérios a serem definidos pelo Gaispi (grupo que faz a coordenação das atividades de limpeza da faixa de 3,5 GHz, entre outras obrigações do edital de 5G).

Rede Fixa – consiste na implantação de redes terrestres ópticas, complementares à rede de governo já existente (ou seja, à rede terrestre já existente da Telebras), e deve observar, dentre os requisitos estabelecidos, ser composta por backhails, redes metropolitanas, redes de acesso, pontos de

2.10 Planos de negócios

presença de rede e atender pelo menos 6.500 pontos de governo, dos quais ao menos 80% por meio de redes de acesso óptica a serem implantadas.

Funcionalidade de Criptografia – a Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal deve ser dimensionada para o atendimento a 80 mil dispositivos de criptografia de dados para usuários da Rede Fixa e para sites da Rede Móvel com plataforma de controle e gerência de criptografia, e permitir a realização de auditoria de segurança de seus elementos de hardware, software e firmware integralmente no Brasil, em laboratórios especializados credenciados.

INVESTIMENTOS

A tabela a seguir detalha as despesas e os investimentos associados a várias ações, conforme as informações obtidas do Sistema Siga Brasil. As ações em questão são:

- 15UI – Implantação da Infraestrutura para a Prestação de Serviço de Comunicação de Dados (PNBL)
- 15UJ – Desenvolvimento e Lançamento de Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica (SGDC)
- 2000 – Administração da Unidade
- 21C8 – Operação da infraestrutura da rede de serviço de comunicação.

Ação	Descrição	GND	Descrição	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar Inscrito	Restos a Pagar Proc Cancelado	Restos a Pagar Pago	Restos a Pagar a Pagar
15UI	Rede Terrestre	3	Despesa Corrente	100.000.000,00	143.472.869,00	143.429.525,27	110.638.281,61	99.818.682,74	15.261.996,10	1.413,35	11.691.910,39	3.568.672,36
15UI	Rede Terrestre	4	Investimento	93.916.600,00	109.855.100,00	109.854.936,35	58.291.429,44	58.198.504,85	43.622.609,19	275,76	19.716.449,27	23.905.884,16
15UJ	SGDC	3	Despesa Corrente	20.000.000,00	67.978.241,00	67.978.241,00	27.399.494,40	27.399.494,40	6.241.814,18	-	4.268.842,05	1.972.972,13
15UJ	SGDC	4	Investimento	17.083.401,00	6.492.190,00	6.492.187,88	5.284.051,87	2.608.971,67	19.664.370,71	-	8.514.605,03	11.149.765,68
2000	Administrativo	3	Despesa Corrente	61.435.334,00	55.139.988,00	54.796.556,46	35.860.795,49	35.706.005,01	11.908.552,10	6.000,00	3.691.647,05	8.210.905,05
2000	Administrativo	4	Investimento	7.657.645,00	3.204.457,00	3.204.457,00	1.393.896,66	1.373.706,76	999.863,87	-	686.771,96	313.091,91
21C8	Operação da Rede	3	Despesa Corrente	86.268.083,00	103.521.699,00	103.508.893,48	77.955.033,13	77.850.510,79	14.128.605,62	-	6.447.166,00	7.681.439,62
				386.361.063,00	489.664.544,00	489.264.797,44	316.822.982,60	302.955.876,22	111.827.811,77	7.689,11	55.017.391,75	56.802.730,91

Despesas das Ações 15UI, 15UJ, 2000 e 21C8 (incluindo Restos a Pagar) - ano 2022

O total liquidado das alíneas relativas a investimentos foi de R\$ 64,9 milhões. Dentre os investimentos, destacam-se aqueles realizados para implantação da infraestrutura para a prestação de serviço de comunicação de Dados pela rede terrestre, no montante de R\$ 58,2 milhões.

Os investimentos projetados para o quinquênio 2023-2027 serão realizados com recursos próprios em caixa que foram recebidos do Governo Federal para despesas de capital e são apresentados na tabela a seguir.

Valores em MM R\$	2023	2024	2025	2026	2027
INVESTIMENTOS TOTAIS	264,8	259,6	238,7	136,9	189,9
15UI - Implantação da Infraestrutura para a Prestação de Serviço de Comunicação de Dados para inclusão Digital	220,5	223,1	201,2	98,5	98,1
N238 - SGDC (Rede Satelital)	11,8	8,9	9,0	9,2	7,8
N235 - Serviço de Comunicação Segura de Estado	6,3	1,7	1,7	1,7	55,7
N236 - Inovação	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
N237 - Rede privativa de comunicação da administração pública federal - Rede Móvel	2,0	2,1	2,2	2,2	2,3
4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	1,0	0,4	0,4	0,4	0,4
4103 - Equipamentos de TI e Software	22,8	23,1	23,8	24,5	25,2

2.10 Planos de negócios

- c) **novos produtos e serviços, indicando:**
- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
 - ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
 - iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
 - iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Informa-se que não há realização de pesquisas em andamento já divulgadas.

d) **oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Política Ambiental, Social e de Governança (ESG)

A Telebras, em sua Política Ambiental, Social e de Governança (ESG) incentiva posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno e externo e, entre outros, tem como princípios sociais:

Respeitar e promover os direitos humanos em suas ações, decisões e práticas e adotar mecanismos permanentes para identificar e monitorar atuais ou potenciais resultantes de suas atividades, servindo como base para decisões decorrentes; a aceleração do desenvolvimento econômico e social; a promoção da inclusão digital; e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Para garantir a observação efetiva desses princípios, a empresa tem canais de denúncia internos e externos para garantir que qualquer violação seja relatada e investigada de maneira adequada. A Ouvidoria da Telebras está integrada ao sistema eletrônico Fala.BR, vinculado à Controladoria Geral da União.

Outros aspectos relevantes já promovidos pela Telebras são:

- Participação no Programa Empresa Cidadã, que se destina a prorrogar por sessenta dias a duração da licença maternidade e por quinze dias, além dos cinco já estabelecidos, a duração da licença paternidade.
- Regulamentação do regime híbrido de trabalho, por meio de diretriz, com a intenção de proteger a saúde e segurança de seus colaboradores, melhorar sua qualidade de vida e reduzir o impacto ambiental dos deslocamentos casa-escritório-casa.
- Fornecimento de ponto de internet Wi-Fi Brasil à população sem alternativas de acesso à rede de computadores, ampliando as opções de comunicação e assegurando o acesso a diversos serviços públicos digitais.
- Atuação em situações de emergência, com provimento de conexão à internet, essenciais ao socorro e assistência aos atingidos, tais como em Brumadinho, enchentes e deslizamentos em Petrópolis, atendimento aos Yanomamis, entre outros.

A Empresa desenvolve e incentiva iniciativas para promover e proteger os direitos humanos em suas operações. Além de estar comprometida com o avanço de suas políticas e na busca de práticas robustas, implementadas de maneira eficaz e monitoradas regularmente para garantir o cumprimento dos dispositivos regulatórios.

Em relação à sustentabilidade ambiental, a empresa já implementou ações como o Data Center Verde, o descarte de baterias de acordo com normas ambientais, a redução do consumo de energia, a remoção de copos descartáveis e a redução do consumo de papel. Estão em andamento projetos de descarte correto de eletrônicos e de soluções de geração de energia sustentável.

Todas as questões relacionadas a este item estão incorporadas no orçamento da Telebras para a realização de sua operação.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Em 30 de agosto de 2018, foi aprovada pelo Conselho de Administração a Política de Gestão de Riscos e em 31 de maio de 2022 o Conselho de Administração aprovou a atualização da referida norma, na versão 4.0.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:
i. os riscos para os quais se busca proteção

A Empresa entende que os riscos devem ser considerados em todas as decisões. Portanto, sua gestão deve ser realizada de maneira integrada e as respostas a eles devem atentar para as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance.

Os riscos para a Telebras são assim classificados conforme o seu tipo:

- Estratégico: eventos que possam impactar na missão, nas metas ou nos objetivos estratégicos da organização.
- Operacional: eventos que possam comprometer as atividades e/ou os resultados da unidade, normalmente associados a falhas, à deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas, afetando o esforço da gestão quanto à eficácia e eficiência dos processos organizacionais.

Além dessa classificação, os riscos também são classificados conforme a sua natureza, ou seja, aquilo que define a sua origem.

Na Telebras, busca-se proteção em face de diversas naturezas de riscos, a saber: político, econômico/financeiro/orçamentário, de imagem, legal/regulatório/conformidade, de eventos naturais, de operações, social/ambiental/governança, tecnológico e de integridade.

ii. os instrumentos utilizados para proteção Riscos Estratégicos e Riscos Operacionais: o sistema de gestão de riscos da Companhia está alinhado e coerente com o Plano Estratégico da Telebras.

Os riscos são considerados nas decisões estratégicas da Companhia e a gestão é realizada de maneira integrada.

Uma vez identificados os riscos, as ações de resposta são avaliadas frente às possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance dos riscos, e priorizadas de acordo com a agregação ou preservação de valor à sociedade e aos acionistas.

A gestão destes riscos, por sua vez, ocorre a partir de um processo de planejamento e de gestão que preza pela eficácia e eficiência na seleção dos projetos, pela diversificação das linhas de negócios e pelo estrito cumprimento de metas, as quais são periodicamente acompanhadas nos mais diversos níveis hierárquicos.

Além disso, segundo o novo texto da Diretriz de Gestão de Riscos da Telebras (D.259), com intuito de assegurar e melhorar a qualidade e eficácia da concepção, implementação e resultados do processo de gestão de riscos, a Companhia monitora continuamente os riscos da Companhia, de acordo com o cronograma presente no item 8.3, da supracitada Diretriz.

Riscos Financeiros: A gestão dos riscos financeiros é realizada de maneira integrada. A Telebras gerencia ativamente seus riscos financeiros considerando seus diversos fluxos operacionais, as aplicações das disponibilidades financeiras, condições de endividamento e demais posições em ativos, passivos, desembolsos e recebimentos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos de Conformidade e Integridade: a gestão de riscos insere-se no compromisso da Telebras de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos no Brasil.

Os riscos de integridade, em especial os de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são mitigados por meio de controles internos, da constante divulgação do Código de Ética, do Guia de Conduta e outros instrumentos de prevenção.

Entretanto, limitações inerentes aos controles internos podem fazer com que estes não impeçam ou detectem erros futuros. Para mais informações sobre as principais ações preventivas e mitigatórias dos riscos de conformidade, consultar os itens 5.3 – Descrição dos Controles Internos e 5.4– Programa de Integridade.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

a) Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Integridade

É o colegiado de mais alto nível da Empresa voltado à gestão de riscos, composto pelo Presidente e por cada um dos Diretores, ao qual compete:

- Promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos;
- Institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos; • Promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;
- Garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;
- Promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;
- Promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações;
- Apreciar políticas e aprovar diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;
- Supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público;
- Liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade;
- Estabelecer os limites de exposição a riscos globais da Companhia, bem como os limites de alçada ao nível de gerência, diretoria, Conselho de Administração;

Aprovar os critérios para priorização de objetos de risco e supervisionar a implementação dos controles internos da gestão; e

- Emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos. O Comitê é composto pelo Presidente e por cada um dos Diretores da Telebras.

b) Gerência De Integridade, Riscos, Conformidade e Controle Interno é a equipe responsável pela condução das atividades normativas e operativas relacionadas à gestão de riscos, a qual compete:

- Propor, implantar, avaliar e atualizar as normas de gestão de riscos corporativos;
- Monitorar e supervisionar a evolução dos níveis de riscos, a efetividade das medidas de controle implementadas, a aderência da operacionalização da metodologia de gestão de riscos aos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

processos internos da unidade, promovendo melhoria contínua do processo de gestão de riscos por meio de análise crítica;

- Garantir, junto à área responsável, o alinhamento da gestão de riscos ao planejamento estratégico;
- Fomentar a gestão dos riscos na formulação da estratégia, dos objetivos e dos planos em todos os níveis críticos da entidade, bem como nas operações e no desempenho das funções e atividades relevantes de todas as áreas da organização.
- Promover a cultura de gestão de riscos na Telebras.
- Prestar apoio técnico e metodológico às unidades de negócios para a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos;
- Definir funções e responsabilidades pela gestão de riscos nas unidades de negócio; • Promover competência em gestão de riscos pela organização;
- Orientar a integração da gestão de riscos com outras atividades de gestão;
- Estabelecer uma linguagem comum de gestão de riscos, que inclua medidas comuns de probabilidade, impacto e categorias de riscos; e
- Compete ao Gerente de Integridade, Riscos, Conformidade e Controle Interno submeter o modelo de Gestão de Riscos e a Metodologia de Gestão de Riscos e de Controle Interno da Companhia à aprovação do Diretor de Governança e Relações com Investidores e Reportar ao Presidente e à Diretoria Executiva o andamento da gestão de riscos.

c) Gerência de Gestão Empresarial

É a equipe responsável pela condução das atividades normativas e operativas relacionadas: ao planejamento estratégico, ao desempenho empresarial, à gestão de processos e à gestão de projetos. Tem atribuição de identificar, comunicar e monitorar os riscos estratégicos, juntamente a área de Gestão de Riscos da Telebras.

Agentes De Risco e Integridade

Representante de cada uma das Gerências, responsável pela multiplicação da cultura de gestão de riscos, pelo apoio à identificação, avaliação e tratamento dos riscos e pelo acompanhamento da variação de criticidade dos riscos, bem como pelas iniciativas de integridade

e) Gerente, Donos De Processo E Gestor De Projeto O Gerente, Dono de Processo e Líder de Projeto são diretamente responsáveis pela concepção, estruturação e implementação da gestão de riscos no âmbito da sua área de atuação, considerando os limites de exposição a riscos aceitáveis pela organização e a sua capacidade de mitigar os riscos. Possuem as seguintes atribuições:

- Identificar, avaliar e mitigar os riscos inerentes e residuais aos processos, contratos, atividades e projetos afetos a sua área;
- Incluir, na gestão de riscos, de forma documentada, os novos riscos, decorrentes de mudanças nos contextos interno e externo, bem como seu impacto nos objetivos específicos de seus objetos;
- Propor plano de tratamento aos riscos, considerando seu custo, prazo, responsável e principais benefícios esperados;
- Aplicar o plano de tratamento aos riscos, conforme definido pelo Diretor da respectiva área, bem como estabelecer controles internos;
- Acompanhar os resultados das atividades de gestão de riscos nos objetos sob sua responsabilidade;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Reportar-se à GIRC em temas relativos aos riscos;

f) Todos os Colaboradores Os Colaboradores possuem as seguintes atribuições:

- Identificar riscos inerentes às suas atividades, informando-os a pessoa responsável pela sua gestão; e
- Comunicar, ao respectivo gestor, eventos que afetem a probabilidade ou o impacto de um risco identificado.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A estrutura de gerenciamento de riscos e de controles internos da Telebras é conduzida em todos os níveis da empresa, sendo constituída por três linhas de defesa:

Primeira linha: é composta pelos Donos de Risco (gerentes e líderes de projeto) e os colaboradores. É responsável por elaborar, executar e revisar os controles internos e processos, visando manter a conformidade das atividades sob sua atribuição. Essas unidades ainda têm a atribuição de reportar, tempestivamente, as deficiências nos controles internos e executar as ações corretivas e preventivas.

Segunda linha: é composta pelos Comitê Executivo de Gestão de Riscos e pela Gerência de Integridade, Riscos, Conformidade e Controle Interno. É responsável por coordenar as atividades de gestão de riscos, orientar e monitorar a implementação das práticas de gestão de riscos por parte da gestão operacional, apoiar a definição de metas de exposição ao risco, monitorar riscos específicos, bem como ajudar a definir controles e/ ou monitorar riscos e controles da primeira linha de defesa.

Terceira linha: representada pela Auditoria Interna, é responsável por aferir a adequação dos controles internos, a efetividade do gerenciamento dos riscos e a correta execução do Programa de Integridade.

A gestão de riscos é de responsabilidade de todos os gestores da estrutura organizacional da Empresa.

A verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos Corporativos Operacionais cabe, preliminarmente, à Diretoria Executiva, por meio do acompanhamento periódico das ações adotadas, e à Gerência de Auditoria Interna, por meio da realização de auditagens, obedecendo seu plano anual de trabalho, e através de testes executados de forma independente em relação às áreas de gestão de negócios.

5.2 Descrição dos controles internos

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os auditores independentes, no relatório sobre as demonstrações financeiras, emitiram a seguinte opinião: “Examinamos as demonstrações financeiras da Telecomunicações Brasileiras S.A – TELEBRÁS (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

b. as estruturas organizacionais envolvidas.

A Diretoria de Governança e Relações com Investidores (DG) é responsável pelos processos de gestão de riscos e controles internos, reportando periodicamente tais atividades ao Comitê de Auditoria Estatutário, colegiado vinculado ao Conselho de Administração.

A Auditoria Interna, órgão vinculado ao Conselho de Administração, é responsável pela avaliação da efetividade dos controles internos, reportando os resultados ao Comitê de Auditoria Estatutário.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

O estabelecimento e a manutenção dos controles internos da Companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como a avaliação da sua eficácia, é um processo executado pelos gestores, sob responsabilidade do Presidente e do Diretor Administrativo-Financeiro, supervisionado pelo Diretor de Governança e pelo Comitê de Auditoria Estatutário, colegiado vinculado ao Conselho de Administração da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

No relatório preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente, entre outros aspectos, foram abordados o alcance planejado da auditoria, a época da auditoria e as constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências nos controles internos que foram identificadas durante os trabalhos.

5.2 Descrição dos controles internos

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Conforme citado no item anterior (‘d’), as potenciais deficiências reportadas pelos auditores independentes têm seus planos de ação acompanhados por nossa administração.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

A Telebras adota uma série de instrumentos normativos e medidas para fortalecer a integridade em sua governança. A companhia possui uma Política de Integridade que serve como referência para os demais instrumentos. Essa política é fundamental para garantir o cumprimento dos princípios éticos, de transparência, e de responsabilidade social, além de proteger a reputação da empresa e a confiança do mercado, acionistas e parceiros. A companhia possui, ainda, o Programa de Integridade, uma ferramenta que fortalece a prevenção, detecção, e correção de atos de fraude e corrupção. Esse programa é baseado na gestão integrada e no aperfeiçoamento das iniciativas e controles da estrutura de governança, incluindo monitoramento para verificar a eficácia dos instrumentos, processos e estruturas.

O sistema de integridade da Telebras também conta com o Plano de Integridade, que formaliza as informações e as principais atividades propostas para a implementação do programa de integridade. Nesse plano, são identificados os riscos de integridade mais relevantes da organização, é realizada a avaliação e classificação desses riscos, e são apresentadas propostas de medidas de integridade, estabelecidas políticas de monitoramento, e designados os responsáveis e metas correspondentes.

Em seu arcabouço normativo, a Telebras possui a Política Anticorrupção, cujo objetivo é coibir qualquer ação, direta ou indireta, que envolva autorização, oferta, promessa, obtenção, entrega ou recebimento de vantagem indevida, seja de natureza econômica ou não, e que envolva agentes públicos ou não.

De forma complementar, a Telebras possui a Política de Gestão de Riscos que é um dos elementos essenciais para a efetividade e o aprimoramento contínuo do programa de Integridade da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu, por meio da Política de Gestão de Riscos da Telebras, os princípios e diretrizes que norteiam a Companhia na gestão dos riscos empresariais. Com base na cadeia de valor da companhia, são identificados processos a serem avaliados a partir de fatores de risco, que indicam o grau de exposição aos riscos corporativos, incluindo os riscos à integridade. A análise suporta a priorização dos processos para a realização de avaliações de controle, o que possibilita a prevenção e a identificação da materialização desses riscos.

Outro instrumento normativo é o Código de Conduta e Integridade, que orienta os colaboradores, parceiros e contratados da Telebras, incluindo dirigentes e membros dos conselhos, a adotarem comportamentos fundamentados em princípios éticos e morais no desempenho de suas atividades. Além disso, há o Código de Ética, que tem como objetivo orientar as atividades, atitudes e comportamentos dos colaboradores, parceiros e contratados da empresa, também incluindo dirigentes e membros dos conselhos, de forma a serem pautados pela integridade e lisura.

Assim, os principais instrumentos de integridade vigentes na Telebras são: a Política de Integridade, o Programa de Integridade, o Plano de Integridade, a Política Anticorrupção, a Política de Gestão de Riscos, o Código de Conduta e Integridade e o Código de Ética.

Esses mecanismos e procedimentos são regularmente reavaliados para garantir sua eficácia e adequação. A Telebras realiza avaliações periódicas dos riscos, políticas, procedimentos e

5.3 Programa de integridade

práticas, buscando adaptá-los conforme necessário. Essas revisões são especialmente importantes devido às atualizações na legislação, como o Decreto 11.129 de 2022, que estabelece diretrizes para a implantação de programas de integridade em empresas estatais.

Dessa forma, a Telebras mantém um conjunto abrangente de instrumentos normativos e medidas de integridade, que são constantemente revisados e adaptados para garantir a efetividade e o aprimoramento contínuo do programa de integridade da companhia.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

São estruturas organizacionais formalmente estabelecidas para monitorar o funcionamento dos mecanismos e procedimentos internos de integridade:

- Alta Administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva.
- Conselho de Administração: Colegiado de deliberação estratégica e integrado por oito membros, que exerce a administração superior da Telebras. O Conselho de Administração reflete, direciona e recomenda diretrizes de integridade para a Companhia.
- Diretoria Executiva: Colegiado de mais alto nível da Telebras relacionado à gestão de riscos e integridade. A Diretoria Executiva é responsável pela aprovação do Programa e do Plano de integridade da Telebras. A Diretoria Executiva valida a metodologia e decide quais os riscos de integridade que serão priorizados. É composto pelo Diretor-Presidente e por cada um dos Diretores da Telebras.
- Gerência de Integridade Riscos, Conformidade e Controle Interno – GIRC: Unidade responsável por elaborar e propor a Política e o Programa de Integridade da Telebras, e, periodicamente, elaborar o Plano de Integridade da Telebras, bem como coordenar a sua execução; elaborar relatórios gerenciais de monitoramento e avaliação para subsidiar as áreas demandantes.
- Comissão de Ética: Colegiado responsável pela aplicação do Código de Ética e do Código de Conduta e Integridade da Telebras, dentre outras atribuições.
- Ouvidoria: Unidade responsável pela democracia participativa e de mediação de conflitos. Responsável por disponibilizar canais para apresentação de denúncias, reclamações, sugestões ou elogios.
- Gerência de Auditoria Interna: Unidade vinculada ao Conselho de Administração que exerce a atividade independente de avaliação e de consultoria, visando adicionar valor e melhorar as operações com foco na melhoria dos processos de controle de riscos de fraudes e corrupção.
- Unidade Correcional: Unidade que exerce a orientação e apoio de atividades relacionadas aos procedimentos investigativos e aos processos de apuração, nos âmbitos disciplinar e de responsabilização, bem como instaura ou determina instauração de procedimentos processuais administrativos disciplinares relativos aos agentes públicos, de ofício, ou requerimento da autoridade competente; dentre outras atribuições dispostas no regimento interno da Companhia.

Dessa forma a Telebras possui estruturas organizacionais formalmente estabelecidas para monitorar o funcionamento e a eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade. Essas estruturas incluem a Alta Administração, representada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva. Essas estruturas organizacionais fortalecem a independência e a efetividade dos mecanismos de integridade da Telebras, contribuindo para a promoção de uma cultura ética e transparente dentro da empresa. Através do monitoramento contínuo, essas estruturas garantem que os riscos sejam reavaliados periodicamente e que as

5.3 Programa de integridade

políticas, procedimentos e práticas sejam adaptados para atender às necessidades e às mudanças regulatórias. Como resultado, a Telebras fortalece sua capacidade de prevenir e combater fraudes, corrupção e outras violações éticas, protegendo sua reputação e mantendo a confiança do mercado, acionistas e parceiros.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.
- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Telebras possui o Código de Ética e o Guia de Conduta e Integridade formalmente aprovados, abrangendo diversos grupos, como dirigentes, membros do Conselho Fiscal, empregados públicos, empregados comissionados, colaboradores (estagiários, terceirizados, menores aprendizes) e parceiros (fornecedores e contratados). Esses documentos representam um compromisso individual e coletivo de todos os envolvidos em cumpri-los e promover seu cumprimento em todas as ações e relações com as partes interessadas.

A Comissão de Ética da Telebras está em constante aprimoramento dos instrumentos éticos disponíveis. Atualmente, está finalizando a revisão do novo Código de Ética, atualizando-o de acordo com a legislação pertinente, recomendações de órgãos de controle, reflexões acumuladas pela própria Comissão e consultas aos dirigentes e colaboradores. O Código de Ética estabelece os princípios éticos e os compromissos de conduta a serem seguidos, enquanto o Guia de Conduta fornece orientações comportamentais em situações profissionais ou decorrentes delas. Os colaboradores da Telebras recebem sensibilização periódica sobre o tema, e tanto a força de trabalho quanto a Alta Administração são treinados anualmente em ética e integridade. Essas iniciativas visam reforçar o conhecimento ético e atender aos requisitos legais, como a Lei 13.303/2016 (art. 9º, § 1º).

A companhia disponibiliza capacitação online sobre o Código de Ética e o Guia de Conduta para todos os colaboradores. O Código de Ética atualmente em vigor foi apreciado pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração na 460ª Reunião Ordinária de Controle e Acompanhamento (ROCA) em 30/07/2020. O Guia de Conduta e Integridade vigente foi aprovado pelo Conselho de Administração na 482ª Reunião Ordinária, realizada em 31 de maio de 2022. Ambos os documentos estão acessíveis nos sites interno e externo da empresa, no seguinte endereço: [https://www.telebras.com.br/transparencia/codigo-de-etica/..](https://www.telebras.com.br/transparencia/codigo-de-etica/)

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros.

ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados.

iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé.

iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

A Telebras dispõe dos seguintes canais de denúncia:

OUVIDORIA

5.3 Programa de integridade

A Ouvidoria da TELEBRAS está integrada ao sistema eletrônico Fala.br, vinculado à Ouvidoria-Geral do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Outra forma de registrar a denúncia é por meio do email (ouvidoria@telebras.com.br), por carta enviada à Telebras com a Ouvidoria de destinatária, pessoalmente ou via telefone. Em qualquer um dos canais, o público externo e interno pode registrar, com sigilo e segurança, sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias. Essas manifestações poderão ser anônimas ou não. Os canais de denúncia estão disponíveis em: <https://www.telebras.com.br/fale-conosco/>

COMISSÃO DE ÉTICA DA TELEBRAS (CE):

A Comissão de Ética da Telebras (CE) tem a incumbência de orientar e aconselhar sobre a ética profissional dos seus empregados públicos, bem como de seus respectivos dirigentes, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura ética. Deve apurar, mediante denúncia ou de ofício, condutas em desacordo com as normas éticas, além de recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito da Telebras, o desenvolvimento de ações que proporcionem a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas e comportamento ético. Em sua atuação, observará a ampla aplicação do Código de Ética da Telebras e seu Guia de Conduta. Sua organização, funcionamento, procedimentos e ritos processuais estão normatizados pela Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008 – Comissão de Ética Pública.

Os canais para a realização das denúncias são o e-mail (etica@telebras.com.br), presencialmente com um membro da CE ou por carta enviada à Companhia e direcionada à CE. Todos os canais estão abertos e em pleno funcionamento para o recebimento delas. Há possibilidade de a denúncia ser realizada de forma anônima por qualquer um dos canais. Existe a proteção ao denunciante de boa-fé. Os canais estão disponíveis em: <https://www.telebras.com.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/comissao-de-etica/>

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUÁRIO

Comitê de Auditoria Estatutário da Telebras (COAUD) recebe denúncias, do público interno e externo, em matérias afetas à suas competências pelo canal (coaud@telebras.com.br), com a garantia de preservação do anonimato e proteção do denunciante de boa-fé.

Todos os canais de denúncias são internos, salvo o sistema eletrônico Fala.br, vinculado à Ouvidoria-Geral do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

A Telebras segue os procedimentos legais estabelecidos para a realização de processos de fusão, aquisição e reestruturação societárias, porém, não possui uma política específica para essa área.

No que diz respeito à gestão de subsidiárias e coligadas, a Companhia possui um normativo que estabelece procedimentos e controles para os processos de transações societárias. Esses mecanismos de integridade visam identificar e mitigar riscos de irregularidades, ilícitos e vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

A Política de Integridade, o Programa de Integridade, o Plano de Integridade, a Política Anticorrupção, a Política de Gestão de Riscos, o Código de Conduta e Integridade, e o Código de Ética demonstram o compromisso da Telebras para uma cultura de integridade e conformidade na companhia.

Esses instrumentos foram desenvolvidos com o objetivo de promover uma cultura ética, transparente e responsável nas ações e relações da Telebras. A companhia reconhece a

5.3 Programa de integridade

importância de adotar controles efetivos para prevenir e combater fraudes e ilícitos, garantindo a integridade dos processos e a confiança das partes interessadas.

Ao implementar uma Política de Integridade, a Telebras estabelece diretrizes e princípios claros para a conduta ética de seus colaboradores, parceiros e contratados. O Programa de Integridade reforça a prevenção, detecção e correção de atos de fraude e corrupção por meio da gestão integrada e do aperfeiçoamento de iniciativas e controles de governança. O Plano de Integridade permite identificar e avaliar os riscos de integridade mais relevantes da organização, propor medidas de mitigação e estabelecer responsáveis e metas para as ações. A Política Anticorrupção, por sua vez, estabelece diretrizes para coibir ações indevidas e ilegais envolvendo agentes públicos ou não.

A Política de Gestão de Riscos da Telebras contribui para uma abordagem abrangente da gestão de riscos corporativos, incluindo os riscos de integridade, estratégicos e operacionais. Essa política assegura que os riscos sejam periodicamente avaliados e que sejam implementadas medidas adequadas para mitigá-los.

O Código de Conduta e Integridade, assim como o Código de Ética, estabelecem os princípios éticos e as condutas esperadas de todos os envolvidos com a empresa, orientando suas atividades e comportamentos de acordo com os mais altos padrões de integridade.

Dessa forma, a Telebras demonstra seu compromisso com a integridade, adotando uma variedade de regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenir, detectar e remediar fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. Esses instrumentos são fundamentais para garantir a transparência, a ética e a conformidade em todas as suas operações e relações, fortalecendo a confiança e a reputação da companhia.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Telebras possui uma metodologia de Gestão de Riscos implementada desde 28 de fevereiro de 2019 e atualizada em 15 de março de 2023 através da nova redação da Diretriz de Gestão de Riscos – D.259.

A partir da implementação da supracitada metodologia, dois ciclos de gestão de riscos operacionais foram realizados na Companhia, nos anos de 2019, 2020 e 2021.

Em dezembro de 2022, após o monitoramento de todos os riscos operacionais da Companhia, houve a atualização do portfólio de riscos.

Em dezembro de 2022 o Portfólio de riscos identificados e devidamente gerenciados atualizado da Companhia são:

- 2% de riscos muito altos;
- 9% de riscos altos;
- 27% de riscos moderados
- 25 % de riscos baixos
- 27% de riscos muito baixos

Em relação aos riscos estratégicos, foram realizadas oficinas com o corpo gerencial e diretivo da Companhia para identificação e avaliação de riscos estratégicos, descritos no item 4.1. a. viii.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Nada a acrescentar.